

## Misticismo e Alteridade. José Régio: a confissão como prática autobiográfica

MARIA MOTTA<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Os relatos autobiográficos distinguem-se dos diários, registos fragmentados do quotidiano, devido ao seu carácter de narrativa coesa e estruturada. Nas autobiografias, o narrador viveu os factos que narra, conhece os pensamentos secretos que guiaram a sua ação e, como autor, ele fabrica a lógica explicativa da causalidade dos acontecimentos, dando-lhes sentido.

Estas narrativas, além do seu valor literário, são também documentos, testemunhos vivenciais de uma determinada época histórica. Os seus autores não pretenderam analisar o período em que viveram mas ao revelarem, publicamente, os seus sentimentos e pensamentos mais íntimos, expõem a forma como se processou a sua subjetivação no interior de uma determinada formação histórica.

Além de ser um relato autobiográfico, a “confissão” sugere a expectativa de revelações singulares e, de algum modo, extraordinárias. A confissão não reenvia apenas para uma narrativa autobiográfica, mas, implicitamente, convoca também associações com o universo católico em que a confissão é uma prática comum. Na estratégia do texto literário, a confissão indicia a existência de um sentimento de culpa e a necessidade de absolvição e expiação por parte do declarado “culpado” do pecado de viver ou ter vivido. Por isso, convoca a ideia de julgamento, em que o juiz não é um sacerdote ou Deus, mas o próprio público, a quem o autor confessa, para melhor se dar a conhecer, defender ou justificar, os meandros da sua intimidade. Em conjugação com esta função catártica, o texto autobiográfico tem, também, um carácter paradigmático, no qual se insinua um propósito ético e moral: o autor pretende dar o exemplo de um modo de vida, estabelecendo as bases para uma reflexão sobre questões universais como a vida, o tempo ou o ser.

Nesta comunicação propus-me abordar a “confissão” de um autor cuja autobiografia se dissemina por diferentes obras, da poesia ao ensaio, passando pelo romance e pelo teatro, “um animal autobiográfico” para quem o ato da escrita correspondia a uma necessidade intelectual e orgânica.

---

<sup>1</sup> Escola Calouste Gulbenkian.

Apesar de ter tido em consideração outras obras de José Régio, a minha análise, incidiu sobre uma das suas últimas produções literárias: *Confissões de um Homem Religioso*. José Régio também escreveu um diário, de forma descontínua, entre 1923 e 1963, cujos cadernos foram reunidos e publicados, após a sua morte, em 1999. Toda a sua obra, desde o primeiro livro de poemas, até aos romances, novelas e peças de teatro, constituiu uma via de introspeção e autoconhecimento, o que contribuiu para a crítica frequente dos seus adversários, que a classificaram como uma obra de cariz psicologizante, pouco atenta aos aspetos económico-sociais da realidade.

O conhecimento do contexto e das circunstâncias históricas é muito importante para a compreensão da existência de um homem concreto, sobretudo, quando se trata de uma figura pública, cujas opiniões têm sempre repercussão social. José Régio nasceu, em 1901. Na Europa, desde os finais do século XIX, cresciam os conflitos nacionais e imperialistas que puseram em causa a crença iluminista na razão como instrumento de emancipação do homem. Em Portugal, em 1910, instaurava-se a I República. Dezasseis anos inquietos, durante os quais se assistiu à tentativa burguesa de democratizar o país de cima para baixo, através de decretos e leis. Em 1911, Afonso Costa promulgou a Lei de Separação da Igreja e do Estado, o que provocou acirrada polémica e a animosidade da Igreja. O Estado tornou-se laico e a confissão religiosa volveu-se um facto da vida privada. No campo das artes, em 1915, fundou-se a revista *Orpheu*, que introduziu o movimento modernista em Portugal. Apenas se publicaram dois números. A instabilidade governativa, as consequências negativas da I Guerra Mundial, a crise económica e social e a perda do apoio popular destruíram as ilusões democráticas e modernistas da I República com um golpe de Estado. Um governo autoritário era necessário, pensava-se à direita e à esquerda, para que o país recuperasse a governabilidade. A ditadura que se lhe seguiu permaneceu no poder, durante quarenta e oito longos anos.

Tendo nascido em 1901, José Régio fez a sua entrada na vida pública como escritor, em 1925, o que coincidiu, praticamente, com o fim da abertura intelectual que caracterizou a Primeira República. Estreou-se sob o pseudónimo de José Régio, de uma forma algo intempestiva, publicando *Poemas de Deus e do Diabo*. Juntamente com João Gaspar Simões e Branquinho da Fonseca fundou, em 1927, a revista *Presença*, que congregou uma nova geração literária em Portugal – o chamado segundo modernismo, menos ousado e de teor mais classicizante que o da geração de *Orpheu*. Na opinião de David Mourão-Ferreira era o local de criação, o traço distintivo entre estas duas grandes revistas: “*Estar na província é ser, fatalmente, provinciano. O Orpheu foi um movimento apenas possível numa cidade ‘a caminho de ser grande’ (...) e a presença, enfim, iria impor-se por um plácido provincianismo descritivo, porém, com asas de europeia inquietação, - colocadas em Coimbra*” (Mourão-Ferreira, 1977: 28,29).

Durante o salazarismo, período de aparente tranquilidade (à força de repressão, propaganda e ensimesmamento), a oposição, embora dividida, não desapareceu. O confronto entre ideologias refletiu-se no campo literário. Em 1935, José Régio bateu-se contra José Rodrigues Miguéis e, em 1939, contra Álvaro Cunhal. A polémica com

Álvaro Cunhal começara quando José Régio denunciou o exagerado apego de alguns jovens literatos portugueses ao romance brasileiro (empenhado na exposição de questões sociais). Álvaro Cunhal ripostou criticando o seu “umbicalismo”, distanciado das questões sociais e políticas. Na opinião de Cunhal, a missão do artista deveria ser o combate às desigualdades e injustiças sociais, o que o levou a condenar a obra de José Régio como decadente, considerando-o, embora, “um dos mais poderosos e capazes poetas portugueses contemporâneos, quanto ao potencial e capacidade de expressão” (*apud* Ventura, 2003: 19). Insurgindo-se contra a acusação de o conteúdo da sua obra estar centrado num narcisismo egotista, José Régio defendeu-se, observando que o mais importante na obra de um artista é a sua intrínseca necessidade interior e a sua autenticidade, rejeitando, assim, a submissão a pressupostos ideológicos: a sinceridade, contraditória e ambígua, foi um dos leitmotivs da sua obra.

Criticado à esquerda, pelos neorealistas, a relação de José Régio com os católicos também não foi pacífica. Apesar de nunca ter colocado em causa, em público, a religião familiar, a sua relação com o sagrado foi permanentemente permeada por dúvidas e sobressaltos, Poeta iconoclasta, romancista proibido pela Censura, dramaturgo, crítico de arte e intelectual assumido, José Régio afirmou-se um homem religioso, não sempre, mas, “intermitentemente”. Ao assumir a sua religiosidade de um modo fragmentário e descontínuo, Régio criou equívocos que se refletiram em algumas das suas relações pessoais. Muitos dos seus leitores não acreditaram na sua sinceridade. Uma das linhas que guiou a minha pesquisa foi o tentar perceber o que significaria, de facto, essa religiosidade intermitente, mas “sincera” de José Régio: relação afetiva de fidelidade às suas origens, à herança familiar, marcadamente católica? Ou a incapacidade de se emancipar dessa tutela, inscrita na sua infância, sob a forma de sentimentos religiosos?

Tentar encerrar José Régio numa categoria é uma tarefa arriscada. Atacado à direita e à esquerda, soube-se impor como escritor, embora, incompreendido, facto que encheu a sua vida de amargura que exprimiu, sobretudo, nas cartas que escreveu aos amigos.

## **MISTICISMO E ALTERIDADE**

Na minha opinião, a melhor forma, para abordar o problema religioso, num autor como Régio, é através do seu assumido misticismo. A experiência mística, enquanto fenómeno humano, existiu em toda parte e em todas as épocas. Caracteriza-se por uma linguagem específica, em que através do recurso a metáforas e símbolos descreve-se uma experiência entre o eu e a sua circunstância existencial. O misticismo é uma linguagem não apenas psicofísica (enquanto conjunto de sintomas físicos e mentais), mas também um tipo de expressão escrita que tende a subverter a ordem religiosa estabelecida.

As diversas sociedades configuraram a experiência mística dentro de padrões convencionais próprios. O misticismo, não estando dependente de uma corrente religiosa específica, consistiria, basicamente, num processo de dissociação da

personalidade, concetualizado ou não, pelo místico dentro de um conjunto de orientações culturais e religiosas que fazem parte da sua tradição. O fim da vida mística, que é a união íntima da alma com Deus, realiza-se, nas diferentes culturas, através de diversas técnicas como a oração ou a ascese - luta atlética da alma contra o corpo em prol de um ideal. O objetivo é sempre o mesmo: o triunfo da vida espiritual. Os derxives, os xamãs, por exemplo, utilizam gestos e sinais próprios para acederem ao contacto com o sagrado. Na Grécia antiga, para além dos mistérios dionisíacos, Platão deixava entrever os vários graus de ascensão para o mundo inteligível como uma marcha ascensional que seria, simultaneamente, esforço de conhecimento e impulso de amor, configurada pelo desejo de união e eternidade, conceção que José Régio compartilhava, na medida, em que para ele, o contacto com Deus é graduado e realizado através de sucessivos patamares de evolução espiritual. A verdade, segundo ele, atinge-se paulatinamente, subindo com paciência degraus... típica abordagem do místico segundo o modelo platónico.

Na Europa Ocidental, o misticismo foi uma experiência religiosa durante muito tempo reservada à análise teológica. Daí a ambiguidade que sempre esteve ligada à experiência mística: possessão demoníaca ou união com a divindade? No século XIX, marcado pela ciência e pela técnica, com os trabalhos de psiquiatria e neurologia de médicos e psicólogos como Charcot, Ribot e Pierre Janet, entre outros, a interpretação da expressão mística vacilou entre a tradicional experiência religiosa, ao mesmo tempo, espiritual e cinestésica e a doença mental.

Roger Bastide (1898-1974), sociólogo francês interessado pela antropologia, fez consistir a experiência mística em duas características essenciais: o aparecimento de pensamentos e emoções que surgem na consciência do sujeito (que ele sente como estranhos) e a despersonalização subsequente, que afasta o místico da “normalidade” inscrita dentro de um determinado padrão cultural. Segundo ele, no caso dos maiores místicos, há luta contra esses fatores de dissociação e a tentativa de criação de uma personalidade bem organizada.

Há, também, na minha opinião, uma componente artística, na experiência mística. É de realçar que as sensações e os sentimentos estão sempre presentes neste tipo de experiência, o que a aproxima da fruição estética: há a valorização dos sons, das cores, das formas e imagens produzidas pela imaginação, como ver-se-á, no caso de José Régio. A própria luta do místico contra a matéria (neste caso, ele próprio) em nome da construção subjetiva de uma forma superior é também uma volição estética.

Roger Bastide apresentou três tipos de explicações para o estado místico: i) patológica; ii) psicológica; iii) sociológica.

- i) A tese patológica tem origem nas observações clínicas de Charcot e é caracterizada por sentimentos de angústia e de carência, fobias, obsessões, provenientes de um enfraquecimento da vontade, opinião também corroborada por Ribot e Janet, para quem o misticismo é uma sequela que provém da dissolução da vontade. Segundo Charcot, existia uma constituição psicopática

- na maior parte dos místicos que ele designou, então, como histeria, cujos sintomas eram as crises, a catalepsia e a inconsciência.
- ii) A explicação psicológica entende os estados místicos como sendo de natureza emocional. O cartesianismo, ao introduzir na filosofia a distinção entre percepções claras e distintas e as percepções obscuras e confusas, estabeleceu o primado das primeiras sobre as segundas. As percepções confusas corresponderiam a sentimentos; as percepções claras, a raciocínios. Nesta linha explicativa, o místico é aquele que mergulha nos mistérios profundos da afetividade. Nos mais altos representantes das correntes místicas, autênticas manifestações eróticas misturam-se estreitamente com o êxtase. Para Freud, o romance de amor e o êxtase místico seriam uma sublimação da tendência sexual recalcada, como o demonstra, na sua opinião, a análise dos sonhos, dos atos e dos discursos místicos. H.J. Leuba vê no misticismo, a confluência de duas correntes, uma erótica, que explicaria a alegria extática e outra, voluntarista, que explicaria o esforço moralizador do asceta e o caráter espiritual dos seus arrebatamentos.
  - iii) Segundo a explicação sociológica, o misticismo é geralmente perspetivado como uma forma religiosa extremamente individualista: o místico tem a pretensão de atingir Deus apenas pela sua consciência; o culto interior substitui nele o culto exterior. Se, refere Bastide, “como pretende Ch. Blondel qualquer emoção é a união de fenómenos orgânicos e de representações coletivas, agindo por intermédio da linguagem, o sentimento místico não escapa a esta regra. O psicólogo ocupa-se dos fenómenos orgânicos e da sua repercussão na consciência; o sociólogo das representações coletivas” (Bastide, 1959: 174, 175).

Às três teorias apresentadas por Roger Bastide acrescento como explicação para o misticismo, a tese filosófica de Emanuel Levinas, baseada na filosofia ocidental e na tradição bíblico-judaica, pois entendo que o tipo de objetividade que a ciência tradicional implica (separando o objeto a conhecer do sujeito de conhecimento) é ineficaz para lidar e compreender o fenómeno místico, dado que, como referiu Bastide, este é experiência (simultaneamente cinestésica e mental) e método de conhecimento. Na minha opinião, o místico é, simultaneamente, objeto e sujeito de conhecimento: buscando Deus, através da introspeção e análise contínua dos seus estados de consciência, o místico procura, no fundo, o conhecimento de si e do mundo que o rodeia, através dos conceitos que lhe foram inculcados pela sua tradição cultural.

Como se começa a pensar? Responde Levinas que tudo começa “provavelmente com traumatismos ou tateios a que nem sequer se é capaz de dar uma forma verbal”. Com a leitura estes choques iniciais se transformam em questões (Levinas, 2000: 15). Fiel ao seu projeto metafísico, enquanto outros filósofos como Jean-Paul Sartre se debatiam com questões sociais, Levinas ocupa-se com a relação do sujeito com

outrem que “tem como elemento o tempo; como se o tempo fosse a transcendência, fosse por excelência, a abertura a outrem e ao outro” (Levinas, 2000: 48). No campo filosófico, Emanuel Levinas propõe, então, uma ética da alteridade, onde o Outro ocupa o lugar fundamental. Para ele, a experiência do sujeito do conhecimento é sempre mediada através de um Outro. O Outro pré-existe ao Eu. É através da relação ética que o ser humano sai da sua solidão. Levinas esclarece que a palavra Deus é uma palavra significante, independentemente, do problema da existência de Deus. O sentido do humano estaria na responsabilidade irrecusável para com o Outro que é, no limiar, revelação de Deus. A responsabilidade é, considerada por este filósofo como a estrutura fundamental da subjetividade. Não há humanidade sem responsabilidade: “É em termos éticos que descrevo a subjetividade. A ética não aparece aqui como suplemento de uma base existencial prévia; é na ética, entendida como subjetividade, que se dá o próprio nó do subjetivo” (Levinas, 2000: 87).

Na minha opinião, versar a ética é referir o encontro, o modo como o Eu procura e responde à demanda do Outro. Do Mesmo, ou seja, da repetição estereotipada de comportamentos e atitudes herdadas, há um caminho a percorrer, em liberdade, para se chegar ao Outro, o estranho, o Desconhecido, o *Ignoto Deo* do soneto de José Régio (in *Biografia*) com o mesmo nome:

“Desisti de saber qual é o Teu nome,/ Se tens ou não tens nome que Te demos,/ Ou que rosto é que toma, se algum tome, /Teu sopro tão além de quanto vemos./Desisti de Te amar, por mais que a fome/Do Teu amor nos seja o mais que temos,/E empenhei-me em domar, nem que os não dome,/ Meus, por Ti, passionais e vão extremos./Chamar-Te amante ou pai... grotesco engano/ Que por demais tresanda a gosto humano! /Grotesco engano o dar-te forma! E enfim,/ Desisti de Te achar no quer que seja, /De Te dar nome, rosto, culto, ou igreja... – Tu é que não desistirás de mim!”

O percurso místico é difícil, semeado de armadilhas e solitário, porque incompreendido pelos que permanecem imutavelmente fiéis às matrizes da sua tradição cultural, tema que também está presente num dos mais conhecidos poemas (*Cântico Negro*) de José Régio, incluído no seu primeiro livro *Poemas de Deus e do Diabo*:

“‘Vem por aqui’ - dizem-me alguns com os olhos doces/ Estendendo-me os braços, e seguros/ De que seria bom que eu os ouvisse/ Quando me dizem: ‘vem por aqui!’/Eu olho-os com olhos lassos,( Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)/ E cruzo os braços,/ E nunca vou por ali... (...) Ah, que ninguém me dê piedosas intenções! /Ninguém me peça definições!/Ninguém me diga: ‘vem por aqui!’/ A minha vida é um vendaval que se soltou./ É uma onda que se alevantou./ É um átomo a mais que se animou.../ Não sei por onde vou,/ Não sei para onde vou/ - Sei que não vou por aí!”

## O RELATO CONFSSIONAL DE JOSÉ RÉGIO

Quando Régio iniciou a sua vida pública de escritor, em 1925, o ambiente intelectual português, que permitira a aventura modernista do *Orpheu*, havia praticamente chegado ao fim. Em 1926, instalou-se a ditadura que apenas findaria com o 25 de Abril de 1974. Demasiado tarde para José Régio, falecido em 1969. A sua vida

pública passou-se neste período caracterizado pelo autoritarismo salazarista, pela censura e pela perseguição política. Uma época representada pelo “medo de existir” como Régio escreveu num dos seus raros textos políticos, para apoiar a candidatura de Norton de Matos, às eleições presidenciais de 1949: “Na luta que atualmente se trava em Portugal entre duas formas de pensar e sentir, - um poderoso elemento há com que jogam os nossos antagonistas: o medo. ‘o medo é que guarda a vinha’ – diz-se. Em grande parte, tem sido o medo que tem guardado a atual Situação. Pode, ainda, ser o medo quem melhor a defenda” (*apud* Ventura, 2003: 73).

Régio pensou em escrever *Confissão de um homem religioso* desde os finais dos anos 40, mas as suas primeiras redações datam de 1953, prosseguindo, depois, a sua escrita e interrompendo-a, no entanto, várias vezes e por longos períodos. É uma obra incompleta, de composição bastante heterogénea, abundam as folhas soltas, a transcrição de outras obras em que aborda assuntos religiosos (por exemplo, o capítulo dedicado à figura de Cristo).

A sua confissão principia com uma memória de conteúdo piedoso, evocando a sua infância e educação, num ambiente conservador e beato, rodeado por velhas parentas e criadas. Era uma criança tímida. A solidão permitira-lhe desde a infância viver num mundo à parte e, assim, segundo ele, “penetrar numa atmosfera de irrealdade vibrante, num alheamento de tudo o mais, numa intimidade em outras esferas, cujo prazer nem saberia dizer. Nas mais diversas circunstâncias ao longo da vida, tenho experimentado por uns breves instantes esse prazer inefável, que não hesito em considerar de ordem mística” (Régio, 1983: 29). “Meio religiosas, meio domésticas, meio pagãs”, as festas religiosas marcaram o seu calendário familiar. Segundo ele, para as pessoas com quem vivia o “céu” seria a continuação da sua felicidade profana, simples, familiar e caseira. Dessas festas conservou memórias sensoriais, de tendência esteticizante – “apraziam (e nunca deixaram de me aprazer) os cânticos religiosos, os sons dos órgãos, as atitudes e os movimentos hieráticos dos padres diante dos altares, os rolos do incenso desfazendo-se nas abóbadas, os raios do sol coados pelos vitrais, as luzinhas trementes das velas e lamparinas, as jarras floridas e o ar pesado do seu cheiro...”.

Apesar de ter um parente republicano e outro que se tornara maçom, no Brasil, a vivência católica, profundamente religiosa, era a referência cultural maior do meio provinciano em que vivia. Três dos seus tios eram padres: “Até por mimetismo sonharia eu, pois, vir a exercer funções sacerdotais” (Régio, 1983: 49). Contudo, essa vocação religiosa corria a par e, por vezes, em oposição com o seu desejo de ser artista:

“Creio, no entanto, que nunca uma certa vocação sacerdotal (antes monástica) deixou de coexistir em mim, ao longo da vida, com o sonho duma vida boémia e fantasista” (...) “Sempre o silêncio, o êxtase, o mergulho contemplativo no inefável, a oração sem palavras me pareceram a mais alta homenagem dos místicos. Todavia, não é isso a conquista de um intransmissível aos outros? Algumas vezes em certos instantes, me julgara ou julgava capaz de atingir essa linguagem muda... (mas por que chamar-lhe linguagem?). Talvez seja preferível chamar-lhes iluminação ou comunicação” (Régio, 1983: 122).

No entanto, a sua vocação mística sempre lhe suscitara dúvidas:

“Ora perdido ou errante, neste labirinto – como vivia eu? (...) Antes de mais nada, isso que simultaneamente possibilita os meus pequenos triunfos cá na vida e as minhas deficiências na vida espiritual: as minhas traições a Ele. E depois, quando Deus voltava a perseguir-me, havia o eu poder viver nos meus vários planos em relação a Ele: o ter vários graus de Deus, conformando com isso a minha atuação religiosa. Havia ainda o crer não crendo”.

A questionação da fé e a suspeita da “morte de Deus” consubstancializou-se, nos finais do século XIX e princípios do século XX, na luta dramática entre a fé tradicional e a razão moderna. Em José Régio, a dicotomia entre os sentimentos e a razão, entre a lucidez e o amor, entre o desejo de uma vida monástica e a vontade de ser artista, provocou-lhe dúvidas e sobressaltos. Em contraposição às suas aspirações místicas, a lucidez regiana corresponde a um olhar agudo: “A verdade é que muitas vezes ando de candeias às avessas com o tempo em que vivo – sem saber se lhe estou atrasado ou adiantado, e entre mim e o Tempo há entendimentos e lutas que não percebo muito bem eu próprio” (Régio, 1983: 60).

É desse desfasamento e coexistência contraditória, entre a consciência individual e a vivência coletiva e respetivos valores, que nos dá conta a obra de José Régio. Artista, intelectual, crítico, espectador da própria vida, hesitava muitas vezes no caminho a seguir, diante das memórias felizes da sua infância, profundamente religiosa, em contradição com a sua vida intelectual de adulto, plena de incoerências e paradoxos. Extremamente individualista, fruto da transcendência do “eu” (correspondência religiosa do supremo grau de Deus, na sua própria opinião) era heterodoxa a condição do autor dos *Poemas de Deus e do Diabo*.

Os problemas da autenticidade e da sinceridade assombram muitas das suas páginas. Régio sabe, como Fernando Pessoa sabia, que o artista é um fingidor porque a confissão não é contemporânea da experiência que retrata/relata. Em relação com a sua sinceridade religiosa, Régio coloca o problema da sinceridade artística e o da intuição prospetiva: “Toda a expressão artística implica uma vivência, e todo o fingimento uma verdade por detrás dele: uma cara sob a máscara engenhosamente forjada” (Régio, 1983: 178). O fingimento pode também resultar de uma pré-vivência por antecipação: “Voltarei, então, à dor que pode ser fingida sem haver sido sentida, contrariando o que mais proximamente tenho vindo a escrever? Não, - porque devo agora intrometer as noções de intuição, germe existencial, pré-experiência, pré-vivência (...) Por pré-experiência entendo um conhecimento pessoal que têm os artistas – o qual se antecipa à experiência de certos fenómenos, aspectos, realidades vitais” (Régio, 1983: 179).

Catalogado como poeta estranho, provinciano ou originalíssimo, a receção crítica da sua obra gerou desencontradas opiniões que, não raras vezes, provocaram acesas polémicas que suscitaram ruminados exercícios críticos por parte de José Régio. Há na *Confissão de um Homem Religioso* toda uma arte de alusões e subentendidos, de provocações e insinuações, indicam-se pistas que a seguir se baralham.



Perdido nos labirintos de um eu estilhaçado e cindido, Régio não faz apenas um relato da sua vida, mas procura, dessa forma, alcançar uma unidade perdida através de um esforço de visibilidade para si próprio e de reflexão sobre o significado da sua própria vida.

## CONCLUSÃO

Na modernidade, o desenvolvimento rápido do processo de subjetivação, a criação do sujeito tem um significado próprio: o da afirmação da liberdade e da capacidade de os indivíduos se emanciparem, não definindo as suas identidades por referência à pertença a uma determinada tradição cultural. A ideia de modernidade não evoca nenhum princípio transcendente mas, pelo contrário, potencia a liberdade criadora de cada um. A secularização conduziu à perda de importância dos laços sociais baseados em crenças religiosas, à solidão, à crise de identidade, mas ao mesmo tempo libertou o indivíduo das pertenças e das regras impostas. O sujeito moderno escapa aos determinismos sociais na medida em que é um sujeito auto-criador. Segundo Alain Touraine, sociólogo francês, que se debruçou sobre a problemática da modernidade “Só nos tornamos plenamente sujeitos quando aceitamos o nosso ideal o reconhecermo-nos – e fazermo-nos reconhecer como indivíduos – como seres individuados, defendendo e construindo a sua singularidade, e dando, através dos nossos atos de resistência, um sentido à nossa existência” (Touraine, 2005: 123). A construção do sujeito é suscitada pelos esforços que o indivíduo faz para se libertar do lugar que lhe foi atribuído, procurando construir a sua vida individual, com a sua diferença relativamente a todos os outros e a sua capacidade de dar um sentido geral a cada acontecimento particular. O sujeito é condicionado pela relação com o meio: transforma e é transformado por essa interação. O sujeito vive e age como se fosse um ator, cujo palco é a vida e a História, o seu “drama”, é também o drama de toda a humanidade.

A confissão não garante a fidelidade à verdade que é plurifacetada, movente e complexa. Testemunha talvez a sincera intenção daquele que se confessa, mas nunca a isenção integral do resultado obtido, a sua absoluta sinceridade, a negação de qualquer fingimento ou mentira. Os homens são seres em devir, sempre na trajetória de uma linha que teve um princípio e terá um fim mas cujo traçado desconhecem e que alguns tentam desvendar/criar à medida que se “escrevem”, que inscrevem/transferem/diferem a sua vida para um suporte material. A confissão é, neste sentido, o registo de um combate por uma unidade que se constrói instante a instante, assumindo riscos e tomando decisões, escolhendo caminhos. Neste processo de escrita há um *feedback* constante entre o passado, o presente e o futuro. Através da narrativa autobiográfica reconciliam-se os pólos do princípio e do fim, exprimindo a visão da vida como uma caminhada em direção à integridade perdida, projetando a perfeição da origem (antes da queda no mundo histórico) nas virtualidades do futuro.

A literatura exprime menos o mundo em que vive o homem do que aquele que ele constrói em função das estruturas do imaginário pessoal e coletivo. Contudo,

uma obra literária é também um testemunho vivo de um determinado tempo, daí a ávida curiosidade mesclada de ceticismo, ironia e reconhecimento que a sua leitura suscita nos seus leitores. Intelectual incompreendido, José Régio foi um grande escritor porque a intensidade da sua angústia, do seu egoísmo e da sua sincera boa-fé extravasaram os limites da sua existência singular e deram à sua obra uma vertente ineludivelmente humana e poética, conferindo à sua obra um prisma universal.

Na *Confissão de um Homem Religioso*, Régio construiu uma narrativa em que autor, narrador e personagem não são absolutamente idênticos. Logo, há na *Confissão*, o problema de saber quem é o seu autor. Quem se confessa? José Maria dos Reis Pereira ou o seu pseudónimo, o artista José Régio? Em Régio, não há como em Nietzsche uma política do nome próprio. Não há coincidência entre o nome do indivíduo José Maria dos Reis Pereira, nascido numa família burguesa e católica do Norte de Portugal, professor em Portalegre e o nome do escritor José Régio. E a haver estariam em contradição. O que implica uma interrogação referencial: quem legitima a confissão? José Maria dos Reis Pereira, filho de uma família católica, natural de Vila do Conde, ou José Régio, escritor e homem público, autor iconoclasta? É nessa distanciação teatralizada entre o eu do enunciado e o eu da enunciação que se dá a construção da subjetividade do autor que tenta responder reflexivamente à questão da sua demanda: como foi possível transformar-me naquele que sou?

Ao definir-se como homem religioso, Régio não defendeu nenhuma confissão religiosa. Ele foi, antes de tudo, um autor inclassificável. E se apreender a ambiguidade significa compreender que um homem expressa o seu mundo subjetivo através da língua e que a língua exprime através de um sujeito o mundo objetivo, de José Régio, poderemos dizer que representou como escritor e intelectual, as dificuldades, os limites e os impasses do seu próprio tempo: um tempo fragmentado entre a tradição e a modernidade.

## REFERÊNCIAS

- Bastide, R. (1959) *Os Problemas da Vida Mística*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- Levinas, E. (2000) *Ética e Infinito*, Lisboa: Edições 70.
- Lisboa, E. (1988) *José Régio ou a Confissão Relutante, estudo crítico-biográfico e antológico*, Rolim.
- Mourão-Ferreira, D. (1977), *Presença da "presença"*, Porto: Brasília Editora.
- Régio, J. (1939) *Biografia, 2ª ed., refundida e muito aumentada com novos sonetos e um prefácio*, Coimbra: Arménio Amado.
- Régio, J. (1983) *Confissão de um Homem Religioso*, Porto: Brasília Editora.
- Régio, J. (2004) *Páginas do Diário Íntimo*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Régio, J. (1984) *Poemas de Deus e do Diabo*, Porto: Brasília Editora.
- Touraine, A. (2005) *Um Novo Paradigma, Para Compreender o Mundo de Hoje*, Lisboa: Instituto Piaget.:
- Ventura, A. (2003) *José Régio e a Política*, Lisboa: Livros.